



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ANA TÁCILA LIMA DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A
CONTRIBUIÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA (INTESOL) DA UNILAB**

REDENÇÃO

2016



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ANA TÁCILA LIMA DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A
CONTRIBUIÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA (INTESOL) DA UNILAB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Administração Pública na
modalidade presencial do Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas (ICSA) da Unilab como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Administração
Pública.

Orientador: Profa. Dra. Clébia Mardônia Freitas da Silva

REDENÇÃO

2016

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

S578p Silva, Ana Tácia Lima da.

Políticas públicas de desenvolvimento territorial: a contribuição da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (INTERSOL) da UNILAB. / Ana Tácia Lima da Silva. – Redenção, 2016.

45 f.; 30 cm.

Monografia apresentada ao curso de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Clébia Mardônia Freitas da Silva.

Inclui figuras e referências.

1. Economia social – Brasil. 2. Brasil – Desenvolvimento territorial. I. Título.

CDD 334.0981

ANA TACILA LIMA DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A
CONTRIBUIÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA (INTESOL) DA UNILAB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Administração Pública na
modalidade presencial do Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas (ICSA) da Unilab como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Administração
Pública.

Aprovada em: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Clébia Mardônia Freitas Silva – IDR/UNILAB
Orientadora

Profa. Dra. Maria Vilma Moreira Coelho Faria – ICSA/UNILAB
Membro Convidada

Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição – ICSA/UNILAB
Membro Convidada

Dedico esse trabalho a minha família, por toda compreensão e apoio durante esses anos, pelas palavras de incentivo de que a caminhada é árdua, mais a vitória é certa.

AGRADECIMENTOS

- Primeiramente a Deus, por ser minha força e me sustentar diante de todos os desafios enfrentados no decorrer desses anos de formação;
- Aos meus pais, José Oscar Rodrigues da Silva e Naiza Lima da Silva, por todo o apoio, pelas vezes que me mostraram o quanto sou capaz e estiveram do meu lado me incentivando;
- Ao meu filho, Pablo Miguel que chegou no meio de todo esse processo, e se tornou um dos meus maiores motivos para permanecer até o fim;
- Ao meu esposo e companheiro, Maiquy Silva de Lima, pelo carinho, amor e compreensão durante toda essa caminhada;
- Aos amigos Adriana, Evilásio, Vanessa e Tátia com os quais dividi momentos de alegrias, desesperos, estresse e conquistas durante esses anos;
- Aos colegas da turma de Administração Pública, presencial 2011.2, com os quais compartilhei todos os bons e ruins momentos durante este tempo de curso;
- A minha orientadora, Profa. Doutora Clébia Mardônia Freitas Silva, por todo tempo, contribuição e dedicação empregados na minha pesquisa, além de ter me proporcionado a rica experiência de fazer parte da Intesol;
- Aos professores e professoras do Curso de Administração Pública da Unilab, que foram fundamentais na minha formação profissional, cultura, social e pessoal;
- A Intesol e, especialmente, por toda a acolhida e importância que a mesma teve no meu desenvolvimento, aos bolsistas, pela amizade e parceria.

“Eu tentei 99 vezes e falhei, mas na centésima tentativa eu consegui, nunca desista de seus objetivos mesmo que esses pareçam impossíveis, a próxima tentativa pode ser a vitoriosa”.

Albert Einstein

RESUMO

As políticas públicas de desenvolvimento territorial têm por objetivo possibilitar, que os diversos segmentos da sociedade, em especial, os agricultores familiares, tenham acesso a serviços básicos de cidadania, como saúde, educação e moradia. O objetivo deste estudo é analisar quais as repercussões do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Intesol no território maciço de Baturité e apresentar se há concretamente resultados que demonstrem a sua contribuição para as políticas públicas de desenvolvimento territorial. Para a realização do estudo foram utilizados documentos internos da Intesol como relatórios de resultados, a análise sobre o papel desempenhado através do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedetemb) e com os grupos incubados, além da observação participante na Plenária Geral do Colegiado Territorial do Território Maciço de Baturité, desenvolvida pela Intesol. Entendemos que a mesma contribui sim significativamente para o desenvolvimento territorial nessa relação com as políticas públicas.

Palavras-chave: Intesol. Desenvolvimento Territorial. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The public policies of territorial development aim to make it possible for diverse segments of society, especially family farmers, to have access to basic citizenship services, such as health care, education and habitation. The objective of this study is to analyze which repercussions of the work that has been developed by Intesol in the *maciço de Baturité* and to present if there is concrete results that demonstrate its contribution to the public policies of territorial development. In order to carry out the study, Intesol internal documents were used as results reports, the analysis of the role played by the *Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial* (Nedetemb) and with the incubated groups, in addition to participant observation in the General Plenary of the Territorial Collegiate of *maciço de Baturité*, developed by Intesol. We believe that it contributes significantly to territorial development in this relationship with public policies.

Keywords: Intesol. Territorial Development. Public Policies.

LISTA DE QUADROS

Figura 1 - Processo de incubação.....	31
---------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CEFESOL	Competências Econômicas e Formação em Economia Solidária
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODETEMB	Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Rural do Maciço de Baturité
CONSUNI	Conselho Universitário da Unilab
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DICO	Desenvolvimento Institucional da Capacidade Operacional
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IADH	Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano
IDR	Instituto de Desenvolvimento Rural
INTESOL	Incubadora Tecnologia de Economia Solidária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NEDET	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Rural
NEDETEMB	Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité
NEPDEESOL	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Educação e Economia Solidária
PDRS	Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
SDA	Secretária de Desenvolvimento Agrário
SDT	Secretária de Desenvolvimento Territorial
SENAES	Secretária Nacional de Economia Solidária
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL: Dos conceitos às possibilidades de Implantação de políticas públicas no rural.....	13
3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: A promoção do desenvolvimento territorial e o papel das incubadoras nas universidades.....	17
3.1. O papel das incubadoras nas universidades e para as políticas públicas.....	22
4. A INTESOL E A PROPOSTA DE TRABALHAR O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	25
4.1 A consolidação prática proposta pela Intesol: potencialidades, limites e desafios na intervenção do desenvolvimento territorial na perspectiva da economia solidária.....	26
4.2 A Intesol e sua contribuição para as políticas públicas de desenvolvimento territorial no maciço de Baturité.....	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERENCIAS.....	42

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tem sido pauta das políticas públicas destacando a estratégia territorial como importante instrumento de promoção desse processo. A Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Intesol) é uma das incubadoras universitárias pioneiras em articular a economia solidária à perspectiva do desenvolvimento territorial, tendo como principal eixo de suas ações, a agricultura familiar.

Durante muitos anos o meio rural lutou por direitos, dos quais se destacavam a conquista de políticas públicas específicas no apoio e fortalecimento da agricultura familiar, o objetivo maior era que estas possibilitassem aos agricultores condições de permanecerem nas áreas rurais com qualidade de vida.

A partir dos anos de 1970 iniciou-se discussões sobre o perfil das políticas a serem adotadas para a promoção do desenvolvimento de um determinado local e, desse debate o surgimento da conhecida abordagem territorial, reafirmando a relação do desenvolvimento com a organização direta da sociedade em relação aos objetivos comuns para que o desenvolvimento venha a se consolidar.

Essa situação se fortaleceu no Brasil através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) instituiu a abordagem territorial como estratégia para o desenvolvimento organizando o país em 241 territórios. No ano de 2014, por exemplo, o MDA envolveu as universidades no desenvolvimento da estratégia territorial, através do apoio para implantação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET's), cujo papel visa fortalecer as instâncias de participação cidadã dos territórios de modo a qualificar o diálogo entre governo e sociedade.

Como a Intesol vem atuando na perspectiva do desenvolvimento territorial, uma das estratégias para tal fim foi à implantação de um desses Núcleos que conforme documentos estudados, se expressa como Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité (Nedetemb) e, vem exercendo importante papel no fortalecimento do território maciço de Baturité.

Não iremos aqui explorar o papel exercido pelo Nedetemb visto que não é foco deste trabalho, mas consideramos importante citá-lo para destacar que a Intesol vem tencionando contribuir com o desenvolvimento territorial e, para tanto utiliza instrumentos específicos para tal fim, embora no que se refere à incubação de empreendimentos da economia solidária essa situação também seja evidenciada. Aparentemente, contribui para o planejamento, execução e

controle social das políticas públicas quando se qualifica através do Nedetemb em fortalecer as instâncias de participação cidadã do Território Maciço de Baturité além de, se consolidar socialmente como instrumento de inclusão produtiva e de gestão social, através da incubação de empreendimentos, grupos e organizações da economia solidária.

Na prática de bolsista essa situação parecia clara, mas faltavam elementos de análise para avaliar até que ponto a Intesol vem contribuindo para a consolidação das políticas públicas de desenvolvimento territorial, o que motivou realizar o referido trabalho.

Dessa forma, a pesquisa realizada teve como foco, analisar e apresentar quais as repercussões do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Intesol no território maciço de Baturité. Se há concretamente resultados que demonstrem a sua contribuição para as políticas públicas de desenvolvimento, já que foca seu trabalho na perspectiva do desenvolvimento territorial.

Para a realização do estudo foram utilizados documentos internos da Intesol como relatórios de resultados, atas, a análise sobre o papel desempenhado através do Nedetemb e com os grupos incubados, além da observação participante na Plenária Geral do Colegiado Territorial do Território Maciço de Baturité (Codetemb), desenvolvida pela Intesol. A leitura sobre como vem se processando a estratégia territorial no Brasil e o importante papel de ministérios e secretarias de governos envolvidas no processo também foi outro passo dado para validar o estudo além, da análise de livros, artigos e periódicos de autores relacionados ao tema em questão. O fato de participar como bolsista da incubadora durante mais de dois anos, também se fez de grande relevância, muito embora, teve momentos que foi preciso o exercício do “distanciamento” para compreensão do objeto estudado, mesmo não fazendo parte diretamente da ação em estudo – estou bolsista da Intesol desde o ano de 2014, atuando em outro projeto que relaciona a questão da gestão e administração do serviço público.

Este relatório apresenta os resultados dos seis meses de estudos, junho de 2016 a novembro de 2016, realizados para compreender qual a contribuição da Intesol no desenvolvimento do Território Maciço de Baturité, quando se propõe a atuar como importante instrumento na interação com as políticas públicas. Logo nesta introdução trazemos um apanhado geral sobre como se processa a proposta da Intesol e a metodologia que utilizamos para responder aos objetivos propostos e ainda, mesmo de forma sucinta, qual a aproximação com o objeto estudado.

Seguinte a esta introdução, trazemos um item relacionado com o desenvolvimento territorial no Brasil onde em diálogo com alguns autores, descrevemos a evolução dos

conceitos sobre desenvolvimento territorial e suas relações com as políticas públicas. Na sessão seguinte, é realizada uma demonstração do papel das incubadoras para as universidades no que se relaciona com a interação com as políticas públicas, apresentamos na terceira seção a Intesol enfatizando sua contribuição para a execução das políticas públicas de desenvolvimento territorial. Nas considerações finais, relacionamos o nosso ponto de vista em relação aos objetivos propostos e o alcance dos resultados enfatizando os aprendizados e as possibilidades de utilização desse trabalho para outros pesquisadores. Em acordo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) apresentamos, finalmente, as referências que contribuíram para balizar a teoria estudada.

2. A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL: dos conceitos às possibilidades de implantação de políticas públicas no rural.

O desenvolvimento territorial nasceu na Europa, e chega em um momento bastante delicado ao Brasil, após resultados negativos como o aumento do desemprego similar ao crescimento econômico, mostrou que as estratégias de desenvolvimento econômico utilizadas como forma de banir a pobreza não seria o método mais eficiente, a crise mundial assim como as consequências trazidas pela revolução verde em 1960 exigiu novas formas para se buscar o desenvolvimento. (BONNAL et al, 2011, p 36).

Este enfoque territorial do desenvolvimento se relaciona com as necessidades que cada região possui, tanto de uma atenção maior do Estado, como da valorização de aspectos que vão além da agricultura, como é o caso da pluriatividade, como por exemplo, o turismo rural. (MEDEIROS; DIAS, 2011, p. 13)

O rural teve a incorporação da abordagem territorial, pela necessidade de substituição das políticas setoriais produtivas, por políticas transversais que incluam o setorial; outra dimensão importante para se pensar o desenvolvimento territorial é diminuir a ênfase dada ao rural, e fortalecer a visão do território como um todo, mediando às relações entre o urbano e o rural, para um único objetivo. Assim constatamos que a abordagem territorial engloba os diversos aspectos que formam o território, identificando assim as peculiaridades existentes, frente às mudanças impostas pela globalização que apresenta uma homogeneidade. (BONNAL et al, 2011, p. 40)

Mesmo com todo esse direcionamento de mediação das relações que devem acontecer entre áreas urbanas e rurais, o Brasil fez uso de critérios para a definição dos territórios, com uma visão que busca antes de tudo fortalecer a disputa produtiva, baseado na afirmação de Medeiros e Dias (2011) “No caso brasileiro, a opção de delimitar territórios com base na ênfase na presença de agricultores de base familiar é, antes de mais nada, delimitar espaços de disputa com a visão produtivista do rural e de sua funcionalidade aos processos econômicos”

Neste caso, é possível identificar claramente que o mais importante é a expansão produtiva dessas áreas e das atividades que são desenvolvidas, não levando em conta o que é de interesse da própria população; além de uma desvalorização das demais áreas como social, cultural e ambiental. (MEDEIROS; DIAS, 2011, p.18)

Segundo Brito (2012), as primeiras ações do desenvolvimento baseado na perspectiva do planejamento territorial aconteceram em 1990, com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). Este teve como finalidade proporcionar o crescimento da atividade agrícola e a igualdade na distribuição de renda, reduzindo consequentemente as desigualdades sociais, por meio dos modos de inserção produtiva, promovendo desenvolvimento com igualdade. (PEREIRA, 2010, p.19)

Nessa perspectiva o enfoque territorial tem sido de grande importância, para o Brasil se configurou como um instrumento para se pensar o planejamento e as estratégias de atuação do governo em diferentes áreas e com formas diversas de intervenção (HESPANHOL, 2010, p.124), Todos esses fatores deram origem ao território, que é considerado segundo Bonnal et al (2011) “[...] um espaço ideal para o desdobramento de vários desafios como o reequilíbrio socioeconômico, a gestão do meio ambiente, construção de novas estratégias concorrenciais e a reforma da governança”.

A visão territorial exigiu o maior engajamento, das demandas locais transferindo essas para meios globais, onde fossem atendidas com maior eficiência, pois deixam de ser responsabilidade de uma pequena unidade, como por exemplo, o município que na maioria das vezes não possui estruturas financeiras, e passam a agregar varias forças advindas de todos que constituem o território. (BONNAL et al, 2011, p. 37)

Muitas são as definições e conceitos a cerca do termo território, diversas disciplinas das ciências sociais atribuem significados específicos, como é o caso da Geografia que vai dizer que o território é um espaço delimitado e construído a partir de elementos naturais, culturais, políticas e administrativos. Ou seja, esse espaço é composto por fronteiras, limites e elementos que diferenciam os que estão fora dessas fronteiras. (BONNAL et al, 2011, p. 37)

Desta forma o território passa a ser o elemento principal das estratégias econômicas, políticas e socais, podemos dizer que ele passar a ser como a unidade básica para a execução das políticas públicas. O território é definido segundo Perico e Ribeiro (2005):

Como um espaço, meio ambiente e institucionalidade, politica, sociedade, economia e cultura com todas essas peculiaridades dinâmicas e em permanente construção de interdependência. Ou seja, ele se constitui como o espaço o qual ocupamos e engloba todos os aspectos que representam nossa existência e nossas ações. (PERICO; RIBEIRO 2005, p.71)

A definição de território ganha uma “nova” concepção a partir dos anos de 2003 quando, nesse período, o governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário

(MDA), Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), faz uma reformulação instituindo os territórios rurais e da cidadania. Segundo o documento Referência para o Desenvolvimento Territorial Sustentável (2003), território deve ser compreendido como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o AMBIENTE, a ECONOMIA, a SOCIEDADE, a CULTURA, a POLÍTICA e as INSTITUIÇÕES, e uma POPULAÇÃO com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam IDENTIDADE e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2003, p. 34).

Até o momento de elaboração deste trabalho contava-se 241 territórios dos quais 13 pertencem ao estado do Ceará, cada um com suas realidades e com suas particularidades, formando uma grande teia do desenvolvimento rural sustentável no país. A reformulação propõe a política de desenvolvimento territorial como política de Estado e relaciona para tal fim o diálogo das instâncias de governo com a sociedade civil para que o desenvolvimento ocorra através das instâncias de participação cidadã – Colegiados territoriais, Núcleos Dirigentes, Núcleos Técnicos, Câmaras e Comitês Temáticos. (Intesol, 2016).

Nessas instâncias, o governo exerce o seu papel no debate se responsabilizando diretamente pelo planejamento e execução das políticas públicas e, a sociedade civil, além de participar do planejamento, exerce o controle social para garantir que o desenvolvimento ocorra. (Intesol, 2016)

Por tanto, no Brasil, a abordagem territorial se reafirma como possibilidade de qualificar a implantação das políticas públicas de desenvolvimento, enfatizando o rural, mas, com olhar direcionado ao urbano. Aparentemente, institui o novo paradigma do desenvolvimento rural sustentável evidenciando o importante papel desempenhado pelas políticas públicas de desenvolvimento.

As políticas públicas de desenvolvimento territorial têm por objetivo possibilitar, que os diversos segmentos da sociedade, em especial, os agricultores familiares, tenham acesso a serviços básicos de cidadania, como saúde, educação, moradia. Proporcionando a estes meios de desenvolvimento e preservação dos costumes e tradições. Sempre com discernimento na valorização das formas peculiares de organização, para tanto é necessário entender como aquela sociedade define e realiza as formas de desenvolvimento, e realizar um trabalho com intuito de fortalecer aquelas iniciativas e aprimora-las. (MEDEIROS E DIAS, 2011, p. 198).

No estado do Ceará as discursões sobre o desenvolvimento territorial sustentável começaram, de forma eficiente após a implantação da Secretária de Desenvolvimento Agrário (SDA), sua estrutura vigente foi criada pela Lei Nº. 13.875 de 07 de fevereiro de 2007. Tendo como missão, promover o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ênfase nos agricultores e agricultoras familiares, com participação, inclusão e justiça social. (SDA, 2008).

Seguinte a este capítulo temos, uma contextualização a cerca do surgimento das políticas públicas, apresentando as políticas públicas de economia solidária que possuem por objetivo a promoção do desenvolvimento territorial, trazendo ainda a importância das incubadoras como mediadoras desses diálogos dentro das universidades.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: A promoção do desenvolvimento territorial e o papel das incubadoras nas universidades.

Entre os anos de 1960 e 1970 com a ditadura militar todos os direitos dos cidadãos foram negados, o que existiam eram políticas mal estruturadas, e que não chegavam às bases da população, um exemplo foi a política de saúde, que só era ofertada em tempo de epidemias. Somente a partir do ano de 1988 com a aprovação da constituição, o Brasil foi definido como um Estado Democrático de Direito, como afirma o artigo 1º da referida constituição, isso significou que o estado optou por intervir em todas as áreas para garantir que todos os cidadãos sejam iguais perante a lei e possuam os mesmos direitos. (BRASIL, 1988)

Desta forma começou-se a se pensar em como seria possível garantir esses direitos a todos os cidadãos de forma plena. Outros aspectos que mostram a necessidade de uma mudança drástica no papel do estado são exatamente como afirma Bonnal et al (2011, p.38) “... sua incapacidade de organizar uma distribuição igualitária de riqueza e de estabilizar eficientemente as flutuações do mercado”.

Chegando à conclusão de que o estado para cumprir com suas atribuições precisava desenvolver e implementar programas e ações, a partir do mapeamento das demandas da sociedade, com o intuito de trazer soluções que atendam de forma plena a coletividade. Como define Teixeira (2002) “Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”.

Podemos ainda dizer que as políticas públicas são usadas como instrumentos articuladores das relações sociais, pois envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, e por essa razão há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia. (BONNAL et al, 2011, p. 48)

Com o passar dos anos o processo de elaboração das políticas públicas se tornou mais complexo, o aumento demográfico a incapacidade dos recursos naturais e as dependências do mundo devido o processo de globalização, abriram portas para novas especificidades que estas políticas precisam apresentar, para realizar de forma efetiva seu objetivo. (BONNAL et al, 2011, p. 47)

O processo de elaboração de uma política pública inclui uma série de decisões, como descreve Teixeira (2002) em seu artigo “o papel das políticas públicas no desenvolvimento local e transformação da realidade”:

Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público. (TEIXEIRA, 2002, p. 02)

Essas mudanças atingiram todas as áreas, o meio rural também foi representado, “No meio rural está evolução foi particularmente significativa e se concretizou, entre outros aspectos, pela legitimação da agricultura familiar como ator sócio político organizado”. Bonnal et al (2011).

Segundo o mesmo autor, outro ponto bastante afetado foi exatamente o sistema trabalhista, à substituição, especialmente, das pessoas menos qualificadas, exigiu a criação de novas formas de gerar emprego e renda como alternativa a grande parte da população que se encontra à margem do mercado formal de trabalho.

Diante desta realidade, começou o processo de configuração de um novo modo de inserir produtivamente e socialmente esses trabalhadores, alternativas econômicas solidárias surgiram, com uma metodologia contrária ao capitalismo tem por princípio a solidariedade e a autogestão, e busca acima de tudo interagir com o rural, valorizando os saberes populares e culturais fortalecendo o desenvolvimento territorial. Conforme afirma Schiochet (2009): “O princípio da economia solidária é a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão democrática das decisões por seus membros, e a deliberação coletiva sobre os rumos da produção, sobre a utilização dos excedentes e a responsabilidades dos eventuais prejuízos da produção”.

Dessa forma podemos dizer que economia solidária possui uma multiplicidade de conceitos, que algumas vezes causam alguns equívocos, porém mesmo com todos esses fatores existem características únicas, e o que dar maior definição ao seu conceito é exatamente as modalidades de empreendimentos que a compõe, como exemplifica Iaskio (2007):

A economia solidária é, portanto, toda organização formada e gerida por trabalhadores que detêm os meios de produção, com vistas à geração de trabalho e renda. Essa organização deve ser pautada em princípios de solidariedade e de

autogestão. Entre os empreendimentos de economia solidária estão as cooperativas, as associações, as empresas autogestionárias e qualquer outro empreendimento cujas características conferem com o as descritas. (IASKIO, 2007, p.59).

Porém não devemos definir Economia Solidária unicamente como um instrumento gerador de trabalho e renda, pois suas concepções estão além. Ela vem apresentando principalmente grande importância no fortalecimento das desigualdades sociais e no combate a pobreza. Para a Intesol (2016) é importante pensar a Economia Solidária como um novo sistema econômico com uma visão ampla e que está preocupada com as diversas áreas importantes para a promoção do desenvolvimento. Praxedes (2009) contribui enfatizando que:

Economia solidária demanda não só ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas do governo e do Estado (educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras), para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade. Portanto, é necessário que esteja presente no cotidiano das ações de planejamento, execução e avaliação dessas diferentes áreas. (PRAXEDES, 2009, p. 57)

Ou seja, de uma forma mais geral parece tratar de iniciativas autogestionárias pautadas na solidariedade e na cooperação, onde as pessoas são remuneradas e valorizadas de forma igual, assim como as decisões são tomadas por todos que fazem parte do grupo.

Em estudos realizados na Intesol durante o período como bolsista, ficou claro que por mais que seja difícil conceituar economia solidária, mesmo com suas diversas modalidades de atuação, devemos buscar fundamentos para seu conceito nas características comuns que todos os empreendimentos possuem como, por exemplo, a autogestão a solidariedade, outra característica forte e que todas as decisões de todas as esferas são tomadas por todo que formam o empreendimento, assim como os recursos com o objetivo de gerar trabalho e renda.

A Intesol em seu livro Economia Solidária e Territorialização conceitua Economia Solidária como sendo:

Um sistema econômico em ressignificação que vem sendo evidenciado por um conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito organizadas por princípios solidários todos regidos pela autogestão, democracia, solidariedade e cooperação, aparecem sob diversas formas: cooperativas, associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários clube de trocas, bancos do povo, e diversas organizações populares urbanas e rurais que se articulam em redes de colaboração e fóruns de discussão, com apoio de outras instituições governamentais e não governamentais. SILVA et al (2016, p.112)

Da mesma forma, compreende o desenvolvimento como sendo:

“um processo que inclui a economia, a política, a cultura, o meio ambiente e a sociedade numa interação equilibrada onde nessa interação as necessidades são satisfeitas pelas gerações atuais sem que haja comprometimento das capacidades para as gerações futuras no que concerne em atender suas próprias necessidades, desse modo, explicita que é o indivíduo que está no centro das atenções”. (SILVA et al, 2016 p.113)

A incubação é idealizada a partir dessas duas vertentes teóricas – economia solidária e desenvolvimento territorial e, se refere:

Ao “conjunto de atividades sistemáticas de extensão e pesquisa, formação e assessoria técnica e tecnológica que abrange o surgimento ou fortalecimento dos grupos, unidades familiares e empreendimentos econômicos solidários até a sua consolidação e que busca, através da troca de conhecimentos e saberes, fazer com que estes, no fim do processo de incubação, conquistem autonomia organizacional e viabilidade econômica”. (INTESOL, 2016 p 03)

Desta forma esta de acordo com Schiochet (2009) quando entende que a economia solidária se configura como um instrumento utilizado pelos movimentos sociais em prol da “questão social”, de forma democrática, emergida em um cenário contraditório, onde juntamente com as conquistas de direitos com a nova constituição de 1988, surgiu o crescente desemprego, além de exclusão social.

Ainda baseado nas afirmações de (SCHIOCHET, 2009), a questão social tratou exatamente da conjuntura dos anos de 1990, com a derrota do projeto democrático popular, os movimentos sociais e sindicais sofreram desmobilização em massa, enquanto o estado investiu na implementação de políticas de fortalecimento do sistema financeiro, e redução de apoio a com a questão social. Esse processo se configurou como o “Estado Mínimo”, que na verdade se trata de um momento máximo de acúmulo de capital para uma determinada categoria econômica, e o mínimo para o atendimento das demandas da sociedade, principalmente no que se relaciona com ações de promoção de desenvolvimento. (SCHIOCHET, 2009, p 56)

Durante esse contexto as iniciativas econômicas solidárias se expandiram e ganharam força, os movimentos sindicais, as universidades e as demais organizações populares, iniciaram lutas pelas questões econômicas. Mesmo sendo uma iniciativa puramente da

sociedade civil a economia solidária passa a ser valorizada, a partir da sua incorporação nos governos locais. (SCHIOCHET, 2009. p.55)

Após essa inserção o estado mínimo se transforma em estado social, a economia solidária como um sistema econômico a ser seguido exige uma ação mais ativa dos governos, a necessidade por “gestores qualificados, planejamento de ações de longo prazo, melhor alocação de recursos, e o conhecimento por parte do Estado das realidades econômicas das comunidades”. Todos esses fatores trouxeram uma contribuição significativa para o envolvimento do estado as questões sociais. (SCHIOCHET, 2009. p.57)

Essas novas experiências foram ganhando força política, com o maior engajamento dos gestores em contribuir, assim, surge a Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária. Esta rede, formada por gestores municipais e estaduais, a partir da necessidade de fortalecer a economia solidária, através de demandas dos atores envolvidos. Seu propósito é “Ampliar cada vez mais a construção de ferramentas adequadas dentro do Estado brasileiro para o fomento e desenvolvimento da economia solidária, bem como estimular e fortalecer a organização e participação social deste segmento nas decisões sobre as políticas públicas”. (SENAES/MTE, 2008)

As políticas públicas de Economia Solidária nascem a partir de 1990, durante o Fórum Social Mundial, e mesmo com todo seu aparato social, estas ainda se tratam de políticas não valorizadas e não reconhecidas da forma justa. (PRAXEDES, 2009, p. 58).

No âmbito das políticas públicas de economia solidária um instrumento, bastante recente e de grande importância são as incubadoras de economia solidária, nelas são realizadas incubação, processo por meio do qual, empreendimentos são assessorados e a economia solidária é propagada através de formações e desenvolvimento de atividades que tenham por princípio a economia solidária. (PRAXEDES, 2009, p. 58).

As incubadoras têm se destacado na incubação de empreendimentos, redes e outras modalidades de articulação, na formação de futuros profissionais do campo da economia solidária, no desenvolvimento de conhecimentos, e no apoio às ações governamentais e movimentos sociais. Sua contribuição combina apoio direto, produção de conhecimentos, formação de quadros e construção de projetos e políticas. IADH (2011; p.54)

Para o IADH (2011), uma equipe técnica bastante multidisciplinar, o objetivo primordial das incubadoras é exatamente desenvolver ações nos empreendimentos que os possibilitem de em certo período se tornarem independentes e auto gerenciáveis. A Intesol

nasce dentro desta perspectiva, e se configura como uma das primeiras iniciativas de trabalhar a economia solidária, dentro das universidades utilizando como mecanismos as políticas públicas que tenham por finalidade a promoção do desenvolvimento territorial. Posteriormente apresentamos os motivos que levaram a criação das incubadoras dentro das universidades, e sua importância para a execução e acompanhamento das políticas públicas.

3.1. O Papel das Incubadoras nas Universidades e para as políticas públicas

A partir de 1998 com a criação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Proninc), coordenado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) surgiram discussões sobre a institucionalização das incubadoras nas universidades, porém somente em 2003 com a criação da SENAES essas ações foram ampliadas. O objetivo maior era exatamente o fortalecimento da missão social das universidades, onde existiria uma via de mão dupla as universidades ganhariam tanto um abrangente campo de novos conhecimentos teórico assim como uma interação riquíssima com diversas realidades, e os empreendimentos incubados passariam a ter um acompanhamento multidisciplinar e assessoria nas discussões e soluções de seus problemas. (IADH, 2011; p.54)

Baseado nas informações consolidadas na avaliação de 54 incubadoras realizada pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH), o objetivo desde o início foi na verdade a interação e aproximação das universidades que são tidas como instrumentos de conhecimento científico com a realidade daqueles grupos que foram por diversos motivos excluídos do mercado de trabalho, e dessa forma buscam opções diversas para a geração de trabalho e renda. E que como fator complicado não encontram apoio, as universidades por sua vez, apoiam e a partir dessa interação constroem ferramentas capazes de sistematizar aquelas experiências, e torna-as em ciências que podem ser replicadas. (IADH, 2011; p. 54)

Além da importância que se dá para a multidisciplinaridade, pela necessidade da diversidade de profissionais aptos a atuarem nas comunidades, com conhecimentos específicos e ao mesmo tempo aberto a viver e respeitar novos costumes, novas culturas formas diferentes de ver e pensar o mundo. Outro ponto relevante que deve ser apresentado é o novo enfoque que é dado ao trabalho, pois este deixa de ser visto em hierarquia e passa a serem tratadas de forma vertical, desconstruído assim as relações de forças existentes no mercado capitalista. (IADH, 2011; p.54)

Desta forma podemos dizer que as incubadoras realizam um papel de ponte das universidades com os grupos, no mesmo instante que mediam essa relação onde as duas partes possuem interesses ao mesmo tempo constroem juntas um ambiente de ensino-aprendizagem completo, onde ambas as partes contribuem e recebem contribuições. (IADH, 2011; p.54)

Outro ponto importante retratado pelo IADH (2011), e que deve ser considerado é a metodologia de incubação, principalmente por se tratar de algo nova a extensão universitária e como umas experiências multidisciplinares, como apresenta o Relatório de Avaliação Do Programa Nacional De Incubadoras Tecnológicas De Cooperativas E Empreendimentos Solidários Proninc:

Equivale a dizer que as primeiras experiências metodológicas foram transmitidas àqueles que iam se tornando novos incubadores e que tais experiências tomaram como base conceitual os princípios da extensão universitária, que aos poucos foram enriquecidos e aperfeiçoados. IADH (2011; p. 69)

Reporta o IADH (2001) que uma segunda instancia onde a institucionalização é discutida e na dimensão sócio-política que está relacionada com os vínculos que estas estabelecem com a sociedade e com as políticas públicas. Em um relatório de avaliação de 54 incubadoras realizado pelo IADH, e apresentado a capacidade das incubadoras de se articularem e contribuírem para a realização de ações de diversos programas:

(...) as incubadoras têm uma boa capacidade para articular e integrar as ações desses programas, o que tem sido um grande desafio das políticas públicas, as quais em geral nascem nas entidades do poder geral e chegam aos territórios de forma desarticulada. IADH (2011, p.54)

Essa relação de confiança das comunidades para com as incubadoras se dar pela frequência dos trabalhos desenvolvidos ser constante, atividades de formação e desenvolvimento, o que cria um vínculo forte da comunidade com a incubadora. Esse vínculo se torna ainda mais forte, se for proporcionado como uma forma de assessoria aos grupos por parte das incubadoras, se estas apontam as comunidades as melhores políticas para elas buscarem, isso faz com que o trabalho da incubadora se torne ainda mais eficientes. (IADH, 2011; p.54)

Como bem explica a autora quando relacionamos as incubadoras com as políticas públicas, podemos dizer que elas são vistas como instrumentos que se relacionam de forma muito positiva com os programas, e com as próprias comunidades. O que é visto como fator

positivo. Essa boa relação se justifica pelo trabalho que os profissionais desenvolvem nas comunidades, ao mesmo tempo em que a confiança e o respeito que são criados. (IADH, 2011; p.54)

Para os autores incubadoras podem ser definidas como mecanismos que realizam articulação entre a universidade e os órgãos públicos contribuídos para a concepção, formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. (IADH, 2011).

A Intesol nasce dentro dessa perspectiva, de trabalhar as políticas de desenvolvimento territorial pautadas em princípios e metodologias da economia solidária, assim como fortalece o valor das relações de trabalho, para tanto agrega parcerias no processo de incubação, onde cada projeto tem por objeto o atendimento das demandas de um grupo específico. (INTESOL, 2015)

No item seguinte vamos apresentar a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), descrevendo um pouco de todo o processo que levou a necessidade de criação da Intesol a importância dessa criação, assim como a metodologia de trabalho da mesma na relação com os projetos por ela executados.

4. A INTESOL NA UNILAB E A PROPOSTA DE TRABALHAR O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste capítulo serão abordados aspectos da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Intesol) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), que se caracteriza como o foco desse estudo. Apresentando a incubadora, sua metodologia de incubação e a relação com todos os projetos executados, o propósito deste capítulo é apresentar como a Intesol trabalha o desenvolvimento territorial baseado na economia solidária quando conduz ações relacionadas à gestão social e inclusão produtiva utilizando como foco a educação através do ensino, pesquisa e extensão.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011, a mesma tem como princípio a cooperação e a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos. Sua metodologia baseasse no desenvolvimento da tríade ensino, pesquisa e extensão, a fim de promover desenvolvimento econômico, cultural e intelectual. Outra característica da Universidade é a promoção do desenvolvimento territorial, para tanto utiliza a Intesol na área da extensão como um importante instrumento, através do qual mantém uma estrita relação com a sociedade. (BRASIL, 2011)

A Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Intesol) representa um desses pilares, quando é vista como a estratégia de gestão social e inclusão produtiva, e trabalha diretamente com a sociedade, realizando a integração dos saberes acadêmicos com os saberes populares. A mesma está localizada no Campus da Liberdade que se situa no município de Redenção, maciço de Baturité. Região localizada no interior do estado do Ceará e é formada por treze municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção, com área geográfica de 3.709 km². (INTESOL, 2013, p.5)

A incubadora conta com uma equipe formada por estudantes, professores e pesquisadores de diversas áreas, tais como: agronomia, administração pública, ciências humanas, ciências da natureza e matemática e engenharia de energias. Conta com a integração de articuladores locais que contribuem com o diálogo local com os empreendimentos,

associações, cooperativas e demais entidades do território, públicas e privadas. (INTESOL, 2015)

A Intesol parece ter surgido exatamente das demandas que o território e a sociedade como um todo levava a universidade, da importância que é dada a troca de experiências entre o senso comum e o conhecimento científico. Outro ponto forte que justifica a necessidade da criação é o fortalecimento das instancias de participação cidadã onde as políticas públicas territoriais são discutidas e articuladas. (INTESOL, 2015)

Dessa forma, a incubadora parece desenvolver seu trabalho assumindo o importante papel interno e na relação com a sociedade, contribui significativamente para a disseminação da economia solidária, focando nas políticas públicas como importante instrumento para alavancar o desenvolvimento territorial, recolocando o foco nas estratégias que fortalecem o lado econômico do trabalho e a promoção da inclusão produtiva e da gestão social. Para compreender se de fato, a Intesol contribui para as políticas públicas de desenvolvimento territorial, no maciço de Baturité *locus* de sua intervenção, foi realizada a análise do trabalho que a mesma desenvolve, os resultados estão pontuados posteriormente.

4.1 A Intesol e sua contribuição para as políticas públicas de desenvolvimento territorial no maciço de Baturité.

A Intesol foi implantada na Unilab no dia 13 de dezembro de 2013, e suas atividades se iniciaram em janeiro de 2014, inicialmente sua proposta foi trabalhar com quatro empreendimentos – um grupo de jovens produtores de cajuína na comunidade Lagoa do São João em Aracoiaba; um grupo de mulheres na comunidade de Poços, também na cidade de Aracoiaba; duas cooperativas da agricultura familiar sendo uma da cidade de Capistrano e uma de caráter territorial e uma rede de produtoras e produtores de artesanato englobando doze grupos dos quais além da região do maciço de Baturité, congregava três grupos da área metropolitana de Fortaleza e um grupo da cidade de Guaiuba. A consolidação desses quatro empreendimentos no processo inicial de incubação permitiu iniciar a organização da Rede Produtiva de Arte e Cultura e Agricultura Familiar. (INTESOL, 2013, p. 7 - 8)

A Rede Produtiva de Arte e Cultura e Agricultura Familiar, congrega empreendimentos de arte, cultura, artesanato e agricultura familiar e, consolida a incubação no que se refere à inclusão produtiva e gestão social, contribuindo no fortalecimento das diversas áreas que compõem esses empreendimentos através de assessoramento e acompanhamento, com o

propósito de que estes se tornem autogestionários. Todos os grupos que compõem a rede passaram por um processo de inserção, onde foi realizado um autodiagnóstico, o mesmo teve o objetivo de descrever a situação interna dos grupos, para que a incubadora obtivesse uma visão das necessidades e dos potenciais dos mesmos e a partir desse mapeamento, desenvolvesse estratégias de intervenção, considerando as peculiaridades de cada grupo. A partir da consolidação dessas informações os grupos foram convocados para a elaboração de um plano de ação para ser executado no ano de 2015. (INTESOL, 2015)

A Rede de Arte, Cultura e Agricultura Familiar vem no percurso de três anos se ampliando onde novos empreendimentos vão se agregando. Até o momento de realização deste estudo, já contava com 31 (trinta e um) empreendimentos sendo 18 grupos de produção de artesanato, 09 unidades de produção familiar, 04 cooperativas sendo que se encontrava em processo de integração os grupos de arte e cultura cujo papel da incubadora estava sendo desempenhado no mapeamento e levantamento dos grupos da região do maciço de Baturité. (INTESOL, 2016).

Com o início do processo de incubação, percebemos que os grupos se encontravam bastante fragilizados – os recursos aportados pelo projeto de implantação pareciam não dar conta das reais necessidades dos grupos, assim muitas ações não estavam sendo consolidadas, razão pela qual demandavam ações que iam além da capacidade que a Intesol possuía em seu projeto de implantação. (Depoimento Oral da Coordenadora, 2016).

Pelos documentos analisados, foi necessária a adesão a novos projetos, com o propósito de somar forças no desenvolvimento dos empreendimentos. Nesse momento, a Intesol utilizou como estratégia vincular projetos para atender as demandas, ainda no ano de 2014. Foram elaborados e aprovados seis projetos: O Seminário Científico de Desenvolvimento e Economia Solidária nos países Lusófonos e da Integração Sul-Sul, realizado no ano de 2015 cujo objetivo visou integrar o debate do desenvolvimento e economia solidária no que se refere à integração dos países lusófonos culminando na criação da Rede Lusófona de Desenvolvimento e Economia Solidária e, que a Intesol faz parte da comissão executiva; Projeto Rede Maciço em parceria com a Associação de Desenvolvimento Comunitário Lagoa do São João onde se consolidou o debate com os agricultores sobre a transição para produção agroecológica e inclusão produtiva, culminando na junção dos participantes da referida rede, na Rede Produtiva de Arte, Cultura e Agricultura Familiar da Intesol para continuidade ao processo de desenvolvimento dos agricultores e agricultoras nos debates; Projeto Começando Certo, em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), que exerce importante papel

no fortalecimento dos jovens produtores e produtoras da Cajuína, pois visa agregar ações complementares tanto na área da gestão social, quanto na da inclusão produtiva; Projeto Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité (Nedetemb) que vem exercendo importante papel no diálogo da Intesol com o governo e a sociedade civil já que prevê o fortalecimento das instâncias de participação cidadã do território, tem uma ação direta na área da inclusão produtiva, gestão social e gênero, ou seja parece vir contribuindo para dar visibilidade ao trabalho da Intesol e os projetos Base de Serviço de Comercialização e CEFESOL¹ que ainda não se consolidaram, pois embora aprovados desde 2015, não houve liberação de recursos até o momento para sua consolidação (INTESOL, 2015, p. 18)

Paralelamente, a Intesol através da sua coordenadora participou de um projeto interno de mobilidade acadêmica em parceria com o banco Santander, onde esteve em Cabo Verde, um dos países parceiros da Unilab. O projeto foi lançado pela Unilab em 2014 tendo como objetivo que professores pudessem realizar um plano de trabalho em um dos países parceiros. A coordenadora da Intesol durante 30 dias entre os meses de outubro e novembro de 2014 elaborou uma proposta de plano de trabalho para Cabo Verde. O plano teve relação com as ações desenvolvidas pela incubadora como rodas de conversas, seminários e, especialmente, o atendimento da demanda da universidade de Cabo Verde em criar uma incubadora de economia solidária. (INTESOL, 2015, p. 63)

A Intesol conta ainda com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Educação e Economia Solidária (Nepdeesol) o referido núcleo, vinculado ao Diretório de Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), nasce pela necessidade dos estudos e pesquisas demandados pela prática da Intesol. Visa, através de grupos de estudos coordenados por professores vinculados, desenvolver a produção científica nas áreas do desenvolvimento, educação e economia solidária. (INTESOL, 2016)

Administrativamente, a Intesol vem se organizando realizando seu planejamento estratégico, geralmente para cinco anos e, dele são trabalhados os planos anuais. No ano de 2015, tivemos a oportunidade de organizar a gestão em programas onde, inclusive tem um programa voltado para o Desenvolvimento Institucional da Capacidade Operacional (DICO) que traz ações inclusive que vão beneficiar os estudantes bolsistas já que prevê o

¹ Competências Econômicas, baseado na Formação em Economia Solidária. Em depoimento a coordenadora afirmou que o referido projeto vem sendo consolidado em forma modular onde através dos projetos existentes, são criados os módulos do curso e experienciado a partir da formação de formadores como é o caso do curso “Formação de Formadores para Intervenção no Desenvolvimento Territorial” ocorrido recentemente entre os dias 22 e 27 de agosto de 2016.

acompanhamento do desenvolvimento acadêmico estimulando a produção científica e a não reprovação dos seus bolsistas. É através desse programa que a Intesol participa de ações institucionais da Unilab, contribuindo e dando seu potencial. (INTESOL, 2015)

Além de todos os projetos executados, a Intesol realiza eventos temáticos com intuito de trabalhar grandes temáticas transversais sempre voltados à perspectiva da economia solidária na promoção do desenvolvimento territorial, por exemplo, o dia do trabalho onde as instancias de participação cidadã representaram o público alvo, como a estratégia de despertar novamente o interesse em participar, assim como apresentar o papel do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité (Codetemb) à sociedade e a comunidade acadêmica; o dia eco solidário com o desenvolvimento de atividades relacionadas à preservação do meio ambiente, atividades voltadas a discussão sobre gênero, meio ambiente, resíduos sólidos e outros. (INTESOL, 2015, p.78)

Os eventos contam com programações compostas por palestras, rodas de conversas e ainda oficinas que vão trabalhar exatamente o desenvolvimento dos temas. Além de realização de oficinas sobre o consumo consciente onde os estudantes são despertados para refletir a respeito do consumo que é necessário e saldável e daquele consumo exagerado que acaba por ocasionar diversos danos a própria saúde, como o endividamento financeiro e social do estudante, e ainda efeitos negativos ao meio ambiente. (INTESOL, 2015, p. 78)

A Intesol participa e contribui como parceira de eventos institucionais da Unilab como é caso da semana universitária, onde realiza um grande número de submissões entre resumos simples e resumos expandido, além da oferta de oficinas em diversas áreas da atuação da incubadora, e ainda com a participação dos grupos nas rodas de comercialização trazendo o território para dialogar sobre os temas que se encontram em discussão dentro da universidade. Festival de culturas através dos diálogos com grupos culturais que já buscam a intervenção da Intesol, Semana da Administração Pública, Semana da Agronomia, Semana Agroecológica da Unilab dentre outros. (INTESOL, 2016)

Na área da gestão social, além da atuação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial, trata diretamente de fortalecer a política e o marco legal da economia solidária em consonância à estratégia de desenvolvimento territorial, através de representações nas redes estaduais e nacionais e também participação em eventos internacionais onde as políticas públicas são debatidas. Essas representações acontecem através dos bolsistas e professores pesquisadores e também através dos grupos incubados. Dentre estas podemos citar as representações na Rede Cearense de Economia Solidária, Rede de Colegiados Estadual,

representação no Encontro Nacional da Rede de Colegiados Territoriais em 2014, realização da 1ª Conferência Territorial do Território Maciço de Baturité, representação na 3ª Conferência Estadual de Economia Solidária, Representação da 3ª conferência Nacional de Economia Solidária, participação em Eventos sobre economia solidária e microfinanças em Cabo Verde. (INTESOL, 2015, p.11)

Embora venha acompanhando a tentativa da Intesol em ter no seu quadro, a inserção de um quadro técnico, para desenvolver as atividades administrativas, até o momento deste trabalho nada aconteceu nesse sentido. Como retratado anteriormente, como bolsista venho assumindo parte da área administrativa com a coordenadora aprendendo os processos, o que também vem se evidenciando de grande importância na formação, especialmente, dos estudantes de administração pública, muito embora, a falta de um corpo técnico seja bastante representativo. (INTESOL 2015).

No decorrer desse trabalho, percebemos que a Intesol vem ensinando e aprendendo a fazer incubação, a fazer gestão. Várias estratégias vão sendo modificadas a cada ano, onde a coordenadora, através das diversas reuniões realizadas com os bolsistas discute os “novos formatos” de gestão, as mudanças e como cada um será inserido no processo. Uma dessas marcas foi, ainda no ano de 2015, a utilização de eixos de intervenção para organizar a metodologia de intervenção com os grupos. Segundo relatórios e registros estudados, como as demandas dos grupos se encontravam muito complexa, era preciso repensar a forma de responder isso. (Registros Intesol 2015).

O documento elaborado pela coordenadora em abril de 2016, sobre a gestão operacional da Intesol vem corroborar quando explicita que:

A prática de gestão operativa da INTESOL vem no decorrer de seus mais de dois anos, sofrendo mudanças para melhoria contínua. Parte da possibilidade de sua institucionalização (minuta/resolução) consolidando um quadro técnico funcional mínimo e de professores (as) pesquisadores (as) e colaboradores (as). Como instância política estratégica de gestão prevê a formação de um Comitê presidido pelo professor (a) coordenador (a) com representação dos diversos institutos da UNILAB; representação das pró-reitorias PROPAE, PROINST E PROEX. (SILVA, 2016, p. 1)

Pelos registros, a Intesol já teve até 22 bolsistas remunerados, sendo que destes, nenhuma bolsa pertencente à projetos da Unilab. Até o desenvolvimento desse trabalho, tinha um quadro de 14 bolsistas remunerados, 04 professores (as) pesquisadores (as) diretos e, indiretamente, conta com a participação de mais de 12 professores colaboradores (as) e 80

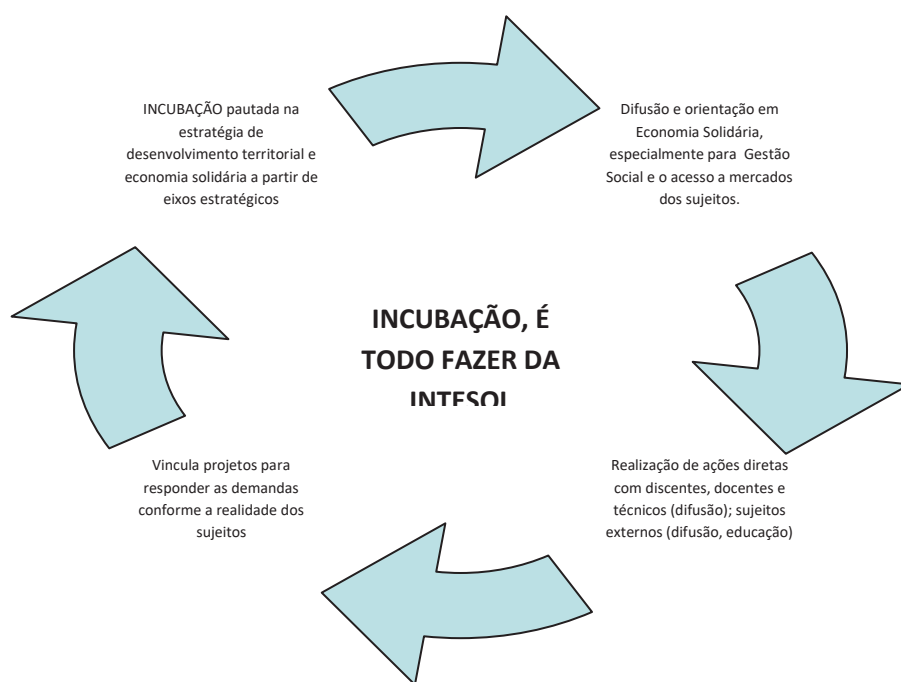
discentes que se voluntariam em ações pontuais. Contudo, a coordenadora revela que as vigências das bolsas vão até dezembro de 2016. (Depoimento Oral da Coordenadora, 2016).

Vale destacar que a incubadora realiza anualmente além dos planejamentos, a avaliação anual que vai resultar na elaboração de relatório anual e, conseqüentemente, na necessidade de repensar a prática. Nessa perspectiva, a partir de 2015 vem se organizando na prática a partir de 07 (sete) eixos de intervenção quais sejam: Educação e Formação, Administração e Comunicação, Produção e Comercialização, Consumo Ético e Solidário, Arte e Cultura, Educação e microfinanças solidárias e o Fortalecimento da Política e do marco legal da economia solidária.

Dessa ação, vários passos foram dados: entrevistas individuais com avaliação e levantamento vocacional de bolsistas; realinhamento das equipes de projetos; planejamento das ações de projetos e ações de incubação possíveis de serem realizadas; análise quanti-qualitativa sobre a nossa produção científica; necessidade de descentralização das ações; a possibilidade de vincular professores colaboradores aos eixos estratégicos da Intesol; identificação de ações prioritárias (...) (SILVA, 2016, p.2).

Pelos registros desse mesmo documento (Silva, 2016), **a Incubação** – “é todo fazer da Intesol que estrategicamente vincula projetos específicos para responder as demandas dos sujeitos individuais ou coletivos que se encontram em processo de incubação”, representada da seguinte forma:

Figura 1. Processo de Incubação



Fonte: SILVA, 2016

De todo esse processo organizacional, relaciona os eixos para organizar a forma de atuar diretamente com os grupos e também de distribuir as tarefas dentre os bolsistas e professores pesquisadores. Parece respeitar um dos princípios do ensino quando vem buscando agregar seus bolsistas a aprender extensão e pesquisa, relacionado ao que apreende na sua formação acadêmica. (INTESOL, 2015)

Para Silva (2016), quando relacionamos a intervenção aos eixos:

[...] percebemos que somente a Rede Produtiva de Arte, Cultura e Agricultura Familiar relaciona no fazer todos os eixos estratégicos da Intesol. As ações com a Unilab, no que se refere à difusão da Economia Solidária fortalece os eixos de Educação e formação; Consumo ético e Solidário, Arte e Cultura e o de Fortalecimento da política e do marco legal da economia solidária tendo em vista que a estratégia é somente de difundir conhecimentos e saberes sobre o tema da economia Solidária em teoria e prática, não explora a questão da inclusão produtiva diretamente. (SILVA, 2016 p.2).

Conforme apresentado no relatório de resultados Intesol (2015), o eixo Educação e Formação propõe o apoiar a organização de empreendimentos da economia solidária, através da formação social e profissional, bem como criação de um banco de talentos dentre docentes e discentes em economia solidária da Unilab. Já o eixo de administração e comunicação busca a atuar no desenvolvimento de métodos e técnicas de processos administrativos (físicos e financeiros) para orientação aos grupos e ainda no desenvolvimento de estratégias de comunicação visual dos produtos e serviços aportados por estes. (INTESOL, 2015).

O eixo Produção e Comercialização propõe contribuir com a inclusão produtiva dos grupos através do acesso a mercados na perspectiva da economia solidária. O eixo Arte e Cultura sugere promover à integração de experiências de arte e cultura da região do Maciço de Baturité, do Ceará, do Brasil e até de países da África que estejam relacionadas com a economia solidária ou ainda que tenham interesse de se incluir como experiência de economia solidária. (INTESOL, 2015).

Retratando ao eixo Consumo Ético e Solidário a Intesol atenta contribuir com à disseminação de uma cultura de consumo ético e solidário pautado nos valores da economia Solidária. As microfinanças solidárias é trabalhada pelo eixo Inclusão Financeira e Microfinanças Solidárias promover estratégias de inclusão financeira mediante ações de educação e iniciativas de microfinanças solidárias, bem como introduzir o tema nas ações de ensino, pesquisa e extensão. (INTESOL, 2015).

Finalmente, o eixo Fortalecimento da política e do marco legal da Economia Solidária é trabalhado a partir das ações de gestão social e prevê a orientações sobre a importância de

inserção nas instâncias de participação cidadã para fortalecer a política de economia solidária e desenvolvimento territorial e, elevação das possibilidades de constituição do marco legal e participação no controle social dos representantes dos grupos incubados. (INTESOL, 2015)

Nesse item, buscamos trazer a proposta da Intesol para que no item seguinte possamos explorar analiticamente, como acontece na prática. De certo que a metodologia de trabalho da Intesol vem se desenhando a partir da prática, do aprender fazendo, assim, entendemos que parte do que trazemos neste escrito reflete a prática da Intesol, contudo buscaremos fazer uma reflexão, mesmo que fragmentada de como essa prática vem se consolidando, a partir dos documentos estudados e da vivência realizada no período de bolsista. Contamos ainda com as falas de bolsistas e da coordenação para fortalecer e até validar nosso ponto de vista.

Mesmo trabalhando com as representações das falas dos sujeitos envolvidos no fazer da Intesol, não atentamos nesse documento trabalhar com depoimentos diretos, mas interpretar essas falas para compreensão e análise do objeto estudado. Assim, no escrito seguinte o que conseguimos sistematizar da compreensão retratada.

4.2 A consolidação prática proposta pela Intesol: potencialidades, limites e desafios na intervenção do desenvolvimento territorial na perspectiva da economia solidária

Como já apresentado no decorrer deste trabalho a Intesol tem como objetivo, contribuir com as atividades de ensino, realizar pesquisa e extensão, pautada nas perspectivas da economia solidária e do desenvolvimento territorial. Para realizar suas metas a mesma trabalha com ações articuladas a outros projetos os quais tem por propósito atender as demandas dos empreendimentos incubados. Diante disto, analisando, todo esse contexto sobre o que é a Intesol, entendemos que a mesma vem contribuindo para o desenvolvimento territorial.

Na relação com as políticas públicas, alia o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedetemb) para através das ações de gestão social e inclusão produtiva fortalecer as instâncias de participação cidadã do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Maciço de Baturité (Codetemb), se caracterizando como peça fundamental no diálogo entre o governo e sociedade.

A produção científica parece vir se consolidando através do Núcleo de Estudos, Pesquisas em Desenvolvimento, Educação e Economia Solidária (Nepdeesol) onde podemos

visualizar a elevação da produção científica dos discentes bolsistas envolvidos na Intesol e também a publicação de livros e realização de pesquisas.

A organização em programas e, conseqüentemente, em projetos para desenvolver suas ações parece vir contribuindo para maior organização das ações. Contudo, foi possível observar que o grande desafio em relação à prática é direcionar as ações contando apenas com bolsistas e professores colaboradores. A não existência de técnicos no quadro operacional tem gerado acúmulo de trabalho, não possibilidade de atendimento das demandas e excesso de trabalho para alguns bolsistas e professores.

A gestão administrativa tem sido organizada pela coordenadora com qualidade vinculando processo que muitas vezes são recriados para melhorar a dinâmica operacional. No entanto, muito ainda precisa ser feito e, aparentemente, não há quem possa assumir tal responsabilidade muito embora se tenha um bolsista direcionado para tal fim e a coordenadora assuma a maioria das ações.

A busca da gestão em manter no campo de intervenção o estudo sobre os temas relacionados, realizando grupos de estudos, orientações e formações com a equipe tem sido um dos pontos fortes, muito embora esses processos venham sendo realizados em horário de almoço para que possa garantir a participação de todos e todas. Vale dizer que foi observado durante o trabalho que como a Intesol funciona com professores e estudantes, muito dos horários não são coincidentes, exigindo estratégias para seu funcionamento.

A preocupação em vincular professores colaboradores, especialistas geralmente, nas áreas onde existem demanda dos grupos, também vem sendo um dos pontos fortes. Percebemos que de 2015 para 2016 houve uma evolução muito grande em relação a adesão e inserção de novos professores interessados a fazer parte da Intesol e, a coordenadora tem buscado descentralizar as ações, mesmo com dificuldade já que até meados de 2015 somente a mesma tinha domínio de todos os procedimentos.

A possibilidade de a ponto prender fazendo, embora considerada um ponto forte, vem na prática se caracterizando também como um desafio, pois muitas vezes os processos são transformados no decorrer dos acontecimentos e, muitos bolsistas até não entendem as mudanças repentinas. Contudo, podemos dizer que na prática há claramente o diálogo da ciência com o conhecimento popular. A Intesol escuta os bolsistas, escuta a comunidade e faz junto para acontecer o desenvolvimento e entender como se processa a gestão social e a inclusão produtiva para sugerir as intervenções.

Partindo dessa ideia, os grupos, empreendimentos e unidades de produção familiar são educadores e educandos das intervenções realizadas. É através, por exemplo, do intercâmbio e troca de experiências que os grupos vão se desenvolvendo, vão contribuindo com o desenvolvimento uns dos outros – segundo a coordenadora, essa é a metodologia de aconselhamento de pares onde quem sabe mais ensina a quem sabe menos e quem se apropria se autoajuda e ajuda o outro a se desenvolver. Isso foi observado na orientação e acompanhamento às cooperativas.

A Rede Produtiva de Arte, Cultura e Agricultura Familiar, embora funcionando ainda com muita dificuldade por conta da distância entre os municípios e da baixa disponibilidade de transportes para a locomoção dos integrantes para participação nas atividades, reflete o fazer da Intesol na área da inclusão produtiva. É com seus integrantes que a Intesol discute o crédito, o consumo, a produção, a comercialização mais com a ajuda de Intesol, ela vem se prontificando na realização das rodas de comercialização, além da orientação para organização e participação em feiras municipais, estaduais e até nacionais. Além desses procedimentos, seus integrantes participam de processos formativos no sentido da melhoria contínua para gestão dos seus empreendimentos e para o exercício do controle social das políticas públicas.

No caso das cooperativas o processo de incubação está acontecendo de forma mais lenta, as ações desenvolvidas foram inicialmente um mapeamento onde os bolsistas visitaram os associados com o objetivo de consolidar demandas para o acompanhamento técnico, após esse mapeamento foram realizadas ações de intercâmbios com outras cooperativas para que os associados pudessem conhecer experiências que estão dando certo a partir disso replicar estratégias e práticas.

Do que podemos observar em relação aos projetos vinculados em andamento, no Projeto Começando Certo, por exemplo, a permanência do jovem no meio rural é o grande propósito do projeto, além das discussões acerca das políticas públicas para a juventude e garantia da promoção do desenvolvimento territorial, apesar de não abranger todas as necessidades, um exemplo, é o caso do financiamento para a reativação das fabricas de cajuína, porém como forma de subsidiar esta ação a Intesol, possui um papel essencial que é a formação dos jovens para a organização comunitária, onde os mesmo participam de oficinas e trabalham dentre outros aspectos a mediação das reações com o poder público local para a aquisição de recursos, depois de formados os jovens se comprometem com a replicação da oficina para os demais membros da comunidade, garantindo a realização das políticas quando

proporciona ao território subsídios para que estes se desenvolvam e promovam o crescimento e desenvolvimento de suas áreas produtivas, urbanas e rurais.

Para a comunidade acadêmica A Intesol parece representar a aliança do que está sendo discutido dentro da universidade com o que o agricultor ou mesmo o gestor público está realizando, seja no município, no campo ou mesmo nas diversas áreas de atuação da incubadora, responsável por aliar também ações de pesquisa e levantamentos de novas formas de pensar e realizar o desenvolvimento.

Definida por alguns como um instrumento que colabora para a promoção das ações de extensão, a elevação da produção científica e para o reforço do ensino, na realização de oficinas, palestras e na inserção de disciplinas sobre as grandes áreas de atuação inseridas nas grades curriculares, tanto no que se refere aos bolsistas inseridos, como na abertura para os demais discentes aprofundarem seus conhecimentos nos temas relacionados com as ações da Intesol, ainda não se consolidou institucionalmente. Embora, desde outubro de 2015 venha tramitando no Conselho Universitário da Unilab (Consuni) uma minuta sugerindo sua institucionalidade, algo que ainda precisa ser discutido.

A Intesol tem hoje um rico acervo de metodologias, registros fotográficos, documentários e vídeos da sua prática. Tem grande significado para os grupos e instituições parceiras na relação com a universidade, o diálogo permanente entre a universidade e a sociedade, especialmente do maciço de Baturité, muito embora já tenha atravessado as fronteiras da internacionalização quando vem atuando em Cabo Verde, interagindo com Guiné Bissau, Angola e Moçambique.

Para os estudantes de modo geral, a Intesol tem proporcionado a oportunidade de se tornarem mais ativos na vida acadêmica, através do contato com a realidade concreta o que os ajuda a desenvolverem uma visão crítica que a sala de aula não permite além do incentivo à produção científica. E por ser um rico instrumento de pesquisa, sempre aberta a apoiar estudantes assim como a comunidade acadêmica como um todo no desenvolvimento de atividades que estejam relacionadas às suas áreas de atuação.

Para os estudantes do curso de administração pública especificamente, vem se figurando de grande relevância, pois oportuniza a prática do que é visto em sala de aula. Através da inserção dos estudantes nas diversas atividades desenvolvidas, das quais na incubação de empreendimentos, o discente de diversas áreas em especial destaque os da Administração Pública são levados a interagir com projetos e ações relacionados gestão social e as diversas áreas do saber.

O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Maciço Baturité (Nedetemb), por exemplo, traduz a relação com o governo e a sociedade civil onde o estudante de administração pública tem a oportunidade de aprender na prática como se processa o exercício do controle social e a execução das políticas públicas na interação com o governo e sociedade organizada; o projeto Começando Certo atua com jovens e, o estudante de administração pública tem acesso sobre como lidar com as políticas públicas voltadas para a juventude; internamente, tem-se a possibilidade de aprender a gestão pública através da interação com os procedimentos operacionais administrativos, organizar eventos, realizar acompanhamento e assessoramento a grupos, dentre outras ações.

Analisando do ponto de vista da incubação que a Intesol realiza, é possível identificar que todas, mesmo com objetivos distintos, ou cumprimento de metas diferentes, se encontram em um ponto exato, no qual o propósito maior se iguala que é exatamente, a promoção do desenvolvimento territorial e a valorização da economia solidária como um novo modo de se pensar um mundo diferente, onde o principal valor está no consumo consciente, na valorização dos recursos naturais e na promoção da qualidade de vida, pensando nas gerações futuras.

A Intesol desenvolve um importante papel, pois se tornou a porta de entrada para a universidade de muitos que idealizavam a mesma como uma realidade muito distante, é importante ver os depoimentos em oficinas e eventos promovidos pela incubadora, onde é visualizado pelos depoimentos das produtoras e produtores o quanto este projeto vem contribuindo para o desenvolvimento destes, na formação, no acesso aos mercados, nos valores e reconhecimento que o grupo adquire.

Um grande desafio para a Intesol foi que a mesma foi criada na Unilab no mesmo período em que a universidade também se encontrava em processo de estruturação, muitos dos docentes, discentes e técnicos não conheciam sobre economia solidária e desenvolvimento territorial, essa era a situação interna. Externamente se encontrava um território bastante fragilizado e desacreditado, por muitos motivos, no projeto de economia solidária e desenvolvimento territorial, a Intesol decidiu então trabalhar internamente, de um lado na disseminação da economia solidária e na descrição de como vem se processando a estratégia de desenvolvimento territorial, assim como, contribuir para que o território maciço de Baturité revitalizasse sua participação para fortalecer a atuação dos sujeitos no campo da elaboração e controle social das políticas públicas.

Desta forma, muito do que foi previsto em seu projeto de implantação, não foi possível realizar, como por exemplo, aproximar a arte e cultura da região, atuar mais fortemente no assessoramento das cooperativas, trabalhar a sensibilização de discentes, docentes e técnicos sobre o tema do desenvolvimento territorial e economia solidária, dentre outros. Porém os resultados demonstram que há uma mudança em relação a reconhecer os temas do desenvolvimento territorial e da economia solidária na Unilab. No que se refere ao território, muitas são as contribuições para o resgate da participação social dos sujeitos de forma que estes reconheçam a economia solidária e a estratégia territorial como temáticas que podem trazer mudanças ao desenvolvimento local.

Por tanto, entendemos que a Intesol, mesmo com limites e desafios, vem contribuindo e muito para consolidar processos e políticas públicas relacionadas à gestão social e inclusão produtiva, principalmente as políticas voltadas para a agricultura familiar, trabalhando por meio da formação e de intercâmbios onde os membros são induzidos a pensarem de forma ampla, o desenvolvimento de tecnológicas sociais, que possam contribuir nas diversas áreas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa de analisar o trabalho desenvolvido pela Intesol, com o intuito de demonstrar suas contribuições para as políticas públicas de desenvolvimento territorial, baseou-se na necessidade de apresentar a importância desse rico instrumento utilizado no acompanhamento das políticas públicas, assim como para a formação profissional e social dos estudantes da Unilab, em especial os estudantes bolsistas que compõem a incubadora.

O trabalho desenvolvido na e pela Intesol foi de grande relevância, mesmo na condição de bolsista e estando diretamente envolvida na realização das atividades diárias da mesma, foi somente através da imersão nos documentos sistematizados que foi possível entender, como se da à prática da Intesol, todo esse processo foi composto por etapas árduas e cansativas, e apenas após escrever sobre a referida análise se tornou possível compreender a metodologia desenvolvida para a intervenção na relação com as políticas públicas de desenvolvimento territorial, percebendo sua contribuição, apesar de todas as dificuldades e desafios a ela impostos. Vale aqui retratar que infelizmente, esse trabalho não dar conta de toda prática da Intesol, mas traz um olhar sobre o seu fazer cotidiano que pode dar pista para compreender como esta vem se consolidando social, política e culturalmente.

Adentrando em todas as atribuições da incubadora foi possível identificar, que a mesma possui uma extensa demanda, porém lhe falta mecanismos para o atendimento de forma plena algumas vezes ocasionado acúmulo de trabalho e desgaste físico dos componentes, essas demandas na maioria das vezes surgem por parte do governo, e geralmente se tratam de ações pontuais, temporalizadas e para curto prazo, essas situações chegam a atrapalhar o planejamento de realização das ações que é elaborado no início de cada ano. Contudo, mesmo com todos os contratempos a incubadora da conta de realizar todas as atividades e consolidar os resultados no tempo previsto.

A falta de uma “equipe de servidores”, atuando diretamente na Intesol, para atender ao trabalho mais burocrático, tem sido um dos maiores desafios que a Intesol vem enfrentando desde a sua fundação, pois atualmente essas atividades de gestão se concentram nos professores colaboradores, especialmente na coordenadora, que já possui inúmeras atribuições, já que os bolsistas não possuem permissões para realizarem certas ações referentes a esta parte das atividades. Nesta situação assim como na anterior, podemos dizer que se trata de problemas que podem ser amenizados a partir de uma visão mais abrangente da universidade para com a Intesol, na disponibilidade de uma equipe de servidores técnicos

administrativos, e técnicos nas áreas de atuação da incubadora na realização de atividades puramente administrativas, desta forma a coordenação e os demais professores pesquisadores, terão mais tempo para ações estratégicas.

A Intesol ainda não se institucionalizou na universidade, ou seja, ela ainda é tratada como um projeto que foi idealizado por uma professora, é coordenado por esta, fato que dificulta a relação com as instâncias de gestão. Ainda como consequência da não institucionalização a mesma não possui uma captação de recurso própria, sendo assim não possui bolsas institucionais, e muitos dos procedimentos precisam de um aval do diretor do Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR), processos esse que compromete a efetividade de certas etapas, podemos citar, as solicitações de transportes para visitas de assessoramento técnico, este processo exige um prazo de 10 dias, porem é necessário ser aprovado no IDR, para só então ter a continuidade dos seus tramites legais. Toda essa burocracia acaba por restringir a autonomia da incubadora.

É importante que a universidade se aproprie do grande e rico instrumento orientador nas diversas questões sociais e governamentais que a Intesol possui, permitindo que esta possa realizar suas ações de forma eficiente, para tanto um importante passo é exatamente a inserção da mesma no plano orçamentário da Unilab onde está seja contemplada na dotação orçamentária, por exemplo, garanta, dessa forma, minimamente uma cota de bolsa para sua manutenção e a possibilidade de inserção de Técnicos Educacionais.

Diante de todos esses desafios, é importante apresentar que a incubadora consegue manter um número de voluntários e estudantes motivados a contribuir, dentre os quais temos a representação de quase todos os institutos, excetos o da saúde não por não haver uma atuação voltada para está área, mais é porque ainda não se consolidou uma demanda concreta. A própria pesquisadora como membro do corpo de bolsistas da Intesol, relata que a experiência vivenciada na Intesol, revela ser uma experiência única, onde foi possível praticar toda a teoria vista na sala de aula, trabalhar com temas como economia solidária, desenvolvimento territorial, desenvolvimento dos saberes popular, a tornou uma profissional mais completa, com uma visão ampla das desigualdades que ainda existem no mundo e das consequências que isso pode causar principalmente na vida das pessoas mais pobres, ao mesmo tempo em que foi possível ver e participar da aplicação de novas estratégias, de amenizar essas consequências, através de mecanismos que insiram novamente essas pessoas em uma condição digna de vida.

Além de trabalhar diretamente com as políticas públicas, motiva a pesquisadora a dar continuidade ao estudo como proposta de pesquisa de mestrado focando no Nedetemb que trabalha com a gestão social e inclusão produtiva através do diálogo do governo com a sociedade e a Unilab, através da Intesol entra como mediadora desse processo.

A Intesol vem proporcionando a oportunidade de uma pratica acadêmica ativa, através do contato com a realidade concreta o que ajuda os estudantes a desenvolverem uma visão crítica. Os projetos desenvolvidos abraçam causas nobres, instancias da sociedade que não acreditam mais que o desenvolvimento pode acontecer de forma eficiente, assim a Intesol busca fortalecer.

Ao nos referirmos à extensão podemos dizer que a Intesol, aparentemente, não põe a mão na massa para implementação de políticas públicas, porém ela realiza o papel mais importante que é exatamente o debate e trabalha a formação educacional e a orientação para a intervenção nas políticas públicas. Do lado da gestão pública esta lida com a orientação dos gestores no planejamento e do lado da sociedade civil trabalha o planejamento e do controle social, tendo como foco principal a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. A pesquisa é visibilizada através das ações do Nepdeesol conforme já explicitado.

Finalmente, foi possível entender o quão complexa é a Intesol. Até para realizar esse escrito tivemos dificuldade de traçar a lógica de intervenção haja vista que muitas das ações metodologicamente, ocorrem de formas paralelas fazendo necessário um mergulho mais profundo para trazer a totalidade de suas contribuições. Contudo, resta claro que o referido estudo pode ser de grande valor para a academia, para a Intesol e, especialmente, para novos pesquisadores que se interessarem em percorrer esse caminho.

REFERÊNCIAS

BONNAL, Philippe et al. Subsídios Metodológicos ao Estudo do Desenvolvimento Territorial. In: LEITE, Sérgio Pereira et al. **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial do Brasil**. Brasília: IICA, 2011. Cap. 1. p. 35-56. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 14).

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal. Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016..

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. . **Referências para o Desenvolvimento Territorial sustentável**. 2003. Disponível em: <http://ieham.org/html/docs/Referencias_para_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016..

BRASIL. UNILAB. . **Institucional**. 2001. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/institucional-2/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BRITO. Ana Vlândia da Costa. **O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**. 2012. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Economia Rural, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.teses.ufc.br/tde_busca/resultados-des-prog.php>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CEARÁ. Governador. 2008-2011 (Cid Ferreira Gomes). **Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável 2008-2011**. Fortaleza: SEPLAN, 2008. 74p. Disponível em:

HESPANHOL, R. A. M. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. In: CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 123-147, ago. 2010.

IADH. **Avaliação do programa nacional de incubadoras tecnológicas de cooperativas e empreendimentos solidários** – PRONINC, Recife, 2011.

IASKIO, Emerson Leonardo Schmidt. **O que é Economia Solidária?** In: BERGONSI, Sandra Suely Soares; LACERDA, Gustavo Biscaia de (Org.). Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: métodos e abordagens. PROEC, UFPR, Curitiba, 2007. p. 49-65.

LEITE, S. P.; DELGADO, N. G.; MEDEIROS, L. S. de; DIAS, M. M.; BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; KATO, K.; WESZ JUNIOR, V. J.; BURGIO, F. L. Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil. Brasília: IICA, 2011, Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14, 236 p.

MEDEIRO, Leonilde Servolo de; DIAS, Marcelo Miná. Introdução. In: LEITE, Sérgio Pereira et al. **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial do Brasil**. Brasília: IICA, 2011. p. 13-34. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 14).

MEDEIRO, Leonilde Servolo de; DIAS, Marcelo Miná. Marco Jurídico Normativo para o Desenvolvimento Rural com Enfoque Territorial. In: LEITE, Sérgio Pereira et al. **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial do Brasil**. Brasília: IICA, 2011. p. 197-228. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, vol. 14).

PEREIRA, Flávia Ferreira. **Evolução do desenvolvimento rural sustentável no Estado do Ceará no período de 1995 a 2008**. Fortaleza, CE, 2010. 126f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal do Ceará, UFC. Disponível em: <http://www.teses.ufc.br/tde_busca/resultados-tedes-prog.php>. Acesso em 20 ago. 2016.

PERICO, Rafael E. RIBEIRO, Maria Pilar. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável**. Brasília: IICA, 2005.

PRAXEDES, S. F. **Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias**. Boletim mercado de trabalho. Brasília: Ipea, n. 39, p. 57-62, 2009. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2016.

SCHIOCHET, V. **Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios**. Boletim mercado de trabalho. Brasília: Ipea, n. 40, p. 55-59, 2009. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2016.

SENAES/MTE. **Políticas públicas de economia solidária: reflexões da rede de gestores**. Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2008.

SILVA, Clébia Mardônia Freitas Silva. **A prática da gestão operacional da Intesol/Unilab**. Redenção, 2016.

SILVA, Clébia Mardônia Freitas. **Incubadora Tecnológica de Economia Solidária: Projetos de fortalecimento e apoio aos empreendimentos de Economia Solidária**. Redenção. 2013.

SILVA, Clébia Mardônia Freitas. **Relatório de Resultados: Incubadora Tecnológica de Economia Solidária: Projetos de fortalecimento e apoio aos empreendimentos de Economia Solidária**. Redenção. 2015.

SILVA, Filipe Prado Macedo. **Conselhos e Consócios: as políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil**. In: Revista CEPPG. n.10, p. 98 – 113, 2012.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Brasil: AATR, 2002. 11 p.
<http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>.
Acesso em: 20 ago. 2016.